

A INCLUSÃO DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO ESPAÇO ESCOLAR: DA POLÍTICA EDUCACIONAL À SALA DE AULA

THE INCLUSION OF STUDENTS WITH DISABILITIES IN THE SCHOOL SPACE: FROM EDUCATIONAL POLICY TO THE CLASSROOM

Diego Tarcísio Matos de Sousa e Souza¹

Emerson Augusto de Medeiros²

RESUMO

Este estudo refere-se a uma pesquisa realizada como Trabalho de Conclusão do Curso de Pós-Graduação (Especialização) em Atendimento Educacional Especializado (AEE), da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Como objetivo principal buscamos compreender o processo de inclusão de pessoas com deficiência no espaço escolar. Partimos do debate sobre como as políticas públicas educacionais vêm se destacando com a garantia de acesso para as pessoas com deficiência no espaço escolar. Além disso, abordamos questões relacionadas à sala de aula, às estratégias pedagógicas para a Educação Especial e a contribuição da Psicologia Educacional para a inclusão. Adotamos a pesquisa bibliográfica, visto que ela se aproxima do objetivo do estudo. Nesse sentido, apresentamos as legislações que abordam e reafirmam a questão do direito e acesso para todos ao ensino-aprendizagem na Educação Especial, entre elas: a Declaração Universal dos Direitos Humanos (Brasil, 1997); a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988); a Lei nº 9.394 – LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), e a Lei nº 13.146, que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015). Como conclusão, reafirmamos que a Educação Especial necessita da política educacional para sua materialidade na educação brasileira, uma vez que se institui no plano legal. No entanto, há outras dimensões que são fundamentais para que a Educação Especial, na perspectiva da educação inclusiva, se exerça. Dentre as dimensões, há a relação da família com a educação escolar, a sala de aula, entre outras.

Palavras-chave: Política Educacional. Relação Família-Escola. Educação Especial. Educação Inclusiva. Estratégias Pedagógicas.

ABSTRACT

This study refers to research carried out as a Final Paper for the Postgraduate Course (Specialization) in Specialized Educational Assistance (AEE), at the Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). As a main objective, we seek to understand the process of inclusion of people with disabilities in the school space. We start from the debate on how public educational policies have stood out in guaranteeing access for people with disabilities in the

¹ Professor na Educação Infantil de Ipixuna do Pará-PA, Mestre em Educação pela Universidade Federal do Tocantins – UFT e Doutorando pela Universidade Federal do Pará – UFPA, no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas – PPGECEM.

² Professor Adjunto da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA e Docente Permanente do Programa de Pós – Graduação em Ensino – Posensino/UERN/UFERSA/IFRN, exercendo também a função de coordenador local (POSENSINO – UFERSA).

school space. Furthermore, we address issues related to the classroom, pedagogical strategies for Special Education and the contribution of Educational Psychology to inclusion. We adopted bibliographical research, as it comes close to the objective of the study. In this sense, we present legislation that addresses and reaffirms the issue of the right and access for all to teaching and learning in Special Education, including: the Universal Declaration of Human Rights (Brazil, 1997); the Federal Constitution of 1988 (Brazil, 1988); Law No. 9,394 – LDB: Law of Guidelines and Bases of National Education (Brazil, 1996), and Law No. 13,146, which established the Brazilian Law for the Inclusion of Persons with Disabilities (Brazil, 2015). In conclusion, we reaffirm that Special Education needs educational policy for its materiality in Brazilian education, since it is established at the legal level. However, there are other dimensions that are fundamental for Special Education, from the perspective of inclusive education, to be carried out. Among the dimensions, there is the family's relationship with school education, the classroom, among others.

Keywords: Educational politics. Family-School Relationship. Special education. Inclusive education. Pedagogical Strategies.

INTRODUÇÃO

Este texto apresenta um estudo que teve como objetivo central compreender o processo de inclusão de pessoas com deficiência no espaço escolar. Parte do debate sobre como as políticas públicas educacionais vem se destacando com a garantia de acesso para as pessoas com deficiência no espaço escolar. Além disso, aborda questões relacionadas à sala de aula, às estratégias pedagógicas para a Educação Especial e a contribuição da Psicologia Educacional para a inclusão. Pinho (2023) colabora com esse campo de investigação destacando que tais direitos ao processo de ensino e aprendizagem estão assegurados em legislação, bem como ressalta a Declaração Universal dos Direitos Humanos (Brasil, 1997) que deixa claro em seu artigo 26 que todos os seres humanos têm direito à educação.

Dentre esse contexto social e político, destacamos o que as legislações abordam sobre a garantia de direito para todos com o sistema de ensino, entre elas a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, LDB – Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e a mais recente entre elas, a Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

A Constituição Federal de 1988, que é a Lei Magna (Brasil, 1988), destaca em seu artigo 205 que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, articulando esses aspectos à prática social.

Além disso, reafirma no artigo 206 como o ensino será ofertado, com base nos seguintes princípios: I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III – Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV – Gratuidade do ensino público em estabelecimento oficiais; V – Valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas de títulos, aos das redes públicas; VI – Gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII – Garantia de padrão de qualidade; VIII – Piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos da Lei Federal; IX – Garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida (Brasil, 1988).

Já a LDB ressalta sobre a Educação Especial em seu artigo 58. Diz que é a modalidade escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Segundo o referido texto normativo, haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. Do mesmo modo, o atendimento educacional será feito em classes, escola ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. No que toca à oferta da educação especial, ela tem início na Educação Infantil e estende-se ao longo da vida (Brasil, 1996).

Por fim, a mais recente lei no cenário educacional em relação à educação especial, conforme citamos anteriormente, é a Lei 13.146, que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015). Em seu artigo 27, afirma-se que a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo características, interesses e necessidades de aprendizagem dos sujeitos (Brasil, 2015).

Nesta articulação com o debate que conseguimos apreender como as legislações vêm se destacando ao longo dos anos com o cenário educacional com os processos formativos para todos, não só como acesso, mas como garantia de acesso, direito e permanência para todos com o processo de ensino-aprendizagem.

No estudo evidenciamos não só as questões das políticas públicas educacionais para a sociedade, mas convidamos a família e destacamos o seu papel importante enquanto dimensão social de luta pelos direitos. Isso reafirma um carácter político, social e pedagógico para as

pessoas com deficiências, um movimento de luta e de direito social e educacional. Nas próximas seções, continuamos o referido debate.

FAMÍLIA E EDUCAÇÃO ESCOLAR – UMA PARCERIA INDISSOCIÁVEL PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL

Ao longo dos anos, a Educação Especial teve avanços significativos quer na política educacional, quer nas dimensões cotidianas da realidade escolar. Nesse sentido, destacamos a relação desde o grupo familiar ao espaço escolar, de modo a fortalecer uma relação social e pedagógica com o cotidiano escolar.

Souza e Benício (2022) colaboram que a família desempenha um papel importante para o desenvolvimento biológico e social, como também se torna a instituição da qual se originam tantas outras. Vygotsky (1991) reafirma essa contribuição bastante pertinente à família e à escola, pois elas exercem um papel fundamental no desenvolvimento do aluno, na qual a escola busca meios para superar tais dificuldades que o sujeito apresenta com sua deficiência.

Vale destacar que essa parceria da escola e família está dentro do processo formativo com o aluno. Oliveira e Sobral (2020) destacam com esse debate que esse acompanhamento faz toda a diferença na vida do aluno, ou seja, por meio disso que conseguimos identificar suas dificuldades e seus avanços com o processo escolar. Pois é dentro desse vínculo familiar que aprendemos a se relacionar com os outros, com as diferenças, com as diversidades e limitações de cada um.

Toda essa base está na família, por meio dela se constrói toda uma relação de afeto e respeito com o próximo, além de garantir seu desenvolvimento intelectual e cognitivo para as suas fases na vida adulta na sociedade (Machado, 2021). Quando se fala nesta relação, destacamos a família e a escola, pois a família tem um papel importante no processo de ensino do aluno com deficiência, a família precisa estar aberta para essa relação e apoiar esse conjunto de convívio em si, “a escola precisa melhorar para todos, indistintamente” (Carvalho, 2018, p. 33).

Afirmamos que a parceria de ambos fortalece todo o processo formativo do aluno, de modo que a família e a escola não podem trabalhar sozinhas ou com propostas diferentes (Souza; Benício, 2022). Ou seja, cada um tem seu papel importante nesse crescimento educacional no que o aluno necessita ser central.

Dentro desse contexto educacional evidenciamos o que Libâneo (2000) afirma sobre essa relação, pois essa propriedade é fundamental, de modo que a família e a escola manifestem

laços mútuos de confiança com o processo escolar e para a vida estudantil, assim dialogando entre si, uma relação de parceria com único propósito de acesso e garantia pelas lutas de direitos sociais, bem como garantir o direito social que é a educação.

Portanto, essa parceria na vida do aluno faz muita diferença, pois exige de cada integrante uma colaboração, isso se evidencia no crescimento educacional na vida do aluno, assim o professor consegue identificar dentro do processo pedagógico as limitações e avanços do aluno com a aprendizagem.

Para tal, Pinho (2023) resgata os pensamentos de Bowlby (1997) quando sinaliza que o papel da família nesse processo do aluno é fundamental, que estimula sua aprendizagem e fortalece todo seu desenvolvimento cognitivo e intelectual com as práticas avaliativas do cotidiano escolar. Na próxima seção, debateremos acerca dos métodos pedagógicos que podem contribuir para o processo de ensino-aprendizagem de crianças com deficiência no contexto da educação especial.

ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA A EDUCAÇÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA – UMA ABORDAGEM PARA A SALA DE AULA

Dentre os procedimentos metodológicos da educação especial, destacamos quais as práticas que podem ser desenvolvidas pelo professor em sala de aula, de modo que esse conjunto evidenciará desempenhos para a aprendizagem do aluno. Essas estratégias tem como base o que Blanco (2004) sinaliza com os instrumentos que o professor pode utilizar no espaço escolar. São eles:

- Fazer uso de estratégias metodológicas diversificadas que permitam o ajuste da maneira como cada conteúdo curricular será ministrado aos diferentes estilos de aprendizagem e a especificidade dos alunos;
- Colocar em prática a cooperação durante a realização das atividades pedagógicas com a aprendizagem;
- Disponibilizar atividades e recursos pedagógicos para todos os alunos, independentemente de qualquer limitação ou dificuldade com o processo de ensino-aprendizagem;

- Verificar a quantidade e a qualidade de apoio para cada aluno que precisa de apoio e de atendimento educacional especializado, considerando também seus níveis de aprendizagem;
- Explorar a utilização de diversos materiais durante a realização das práticas avaliativas com a aprendizagem;
- Adaptar formas de avaliação com o processo escolar durante as dificuldades dos alunos;
- Organizar e aplicar rotina pedagógica para cada aluno que precisa desenvolver suas habilidades e competências durante o processo escolar;
- Valorizar as diferenças existentes entre os alunos, criando um ambiente de respeito às limitações e virtudes do outro e no qual exista a comunicação.

Portanto, essas estratégias de cunho pedagógico são ações a serem colocadas na prática docente, por meio das quais cada professor pode desenvolver no seu dia a dia (Araújo, 2020) de maneira que sua produção necessita de criatividade e métodos específicos para cada aluno, com suas necessidades, pois as estratégias favorecem e condicionam o próprio processo pedagógico em sua realidade, que muitas vezes é plural.

Vale destacar e reconhecer as estratégias como uma execução do processo escolar (Veiga, 2006), pois todos os recursos didáticos, assim como os instrumentos pedagógicos são relativos ao ensino para aprendizagem eficaz do aluno com deficiência.

ADAPTAÇÃO AO AMBIENTE DA SALA DE AULA

Dentro desse ambiente escolar, comungamos com o pensamento dos autores Nakanichi e Ribeiro (2022) quando destacam que essa adaptação do ensino para aprendizagem é um processo árduo que prevê uma reconstrução de procedimentos metodológicos com a prática pedagógica. Visto que isso vai além dos instrumentos didáticos do professor, pois o mesmo deve ficar atento para seu ambiente de trabalho, assim como seus mobiliários de sala de aula e assim muitas das vezes se implicam com as questões estruturais do espaço escolar. A inclusão dos estudantes com o ambiente da sala de aula é algo processual e contínuo. A adaptação é um momento introdutório e crucial na vida escolar desses estudantes.

É nesse sentido que os móveis da sala de aula, de modo geral, vão possibilitar um conforto, segurança e desempenho com a aprendizagem do aluno, assim os mesmos vão

conseguir ter um melhor desenvolvimento de interação com o processo escolar. Dessa maneira, o espaço da sala de aula não pode ser estreito e congestionado para diminuir a probabilidade de os alunos esbarrarem entre si e com os móveis, de modo que isso previne outros tumultos que, por sua vez, podem ocasionar empurrões, riscos, entre outras situações desconfortáveis com o processo escolar na sala de aula (Stainback; Stainback, 1999).

Apesar dos entraves que dificultam a efetivação da inclusão escolar, não podemos esquecer de que vale a pena lutar para que cada obstáculo seja superado, cada barreira seja vencida, pois as coisas mais simples se tornam os grandes benefícios da escolarização com os alunos que necessitam desse investimento que começa dentro de casa, na escola e para toda a vida do aluno.

Kampwirth (2003) reafirma essa importância e destaca que as regras de trânsito devem ser estabelecidas para o uso das áreas de maior circulação na sala, por exemplo, apenas um aluno por vez pode ir até a mesa do professor. Outro ponto em destaque: um aluno por vez ir até a lixeira, bem como ao banheiro. Tudo isso são regras básicas da prática docente com o espaço escolar, pois os professores devem estabelecer nos dias de aula com os alunos as normas básicas desse ambiente com a aprendizagem. Esses aspectos ensinam valores e o convívio em sociedade.

No entanto, essa probabilidade de regras serem cumpridas pelos alunos deve seguir o que Kauffman (2005) ressalta com o processo escolar. O autor estabelece regras sucintas e claras com a sala de aula e demais ambientes de ensino. Vejamos o que ele pontifica:

- Destacar as regras e deixar claro para os alunos o que deve ser cumprido no decorrer do ano letivo, bem como diariamente em relação à rotina da sala de aula;
- Formular as regras de modo positivo com o ambiente escolar e sinalizar o que deve ser cumprido, exemplo disso está “não xingue os colegas” e “não jogue lixo na sala de aula”, isso vai deixar evidente o que todos precisam seguir com as regras dentro da escola, assim como estabelecer os bons combinados do bem como “tratar bem seus colegas e com respeito” e “mantenha a sala de aula limpa”;
- Estimular diariamente as regras com os combinados entre si, para compreender o que conseguimos cumprir com o bom relacionamento;
- Revisar os aspectos combinados regularmente, visando ver o crescimento e criar nos estudantes uma cultura fraterna em relação ao convívio em coletivo;

- Debater coletivamente todos aspectos citados anteriormente com os estudantes. Em um ambiente coletivo, como é a sala de aula, o diálogo é essencial.

Ao estabelecer todo esse conjunto de regras e combinados, o professor tem oportunidade de ensinar aos alunos quais são os comportamentos apropriados e desejáveis no espaço escolar com a aprendizagem, já que é um espaço que todos estão envolvidos e se relacionando com o ensino para a aprendizagem no cotidiano escolar e também na sala de aula.

TEORIAS COGNITIVAS DA APRENDIZAGEM: UMA CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA À EDUCAÇÃO ESPECIAL

Neste conjunto de adaptações com o espaço escolar, também dialogamos, neste texto, com as teorias cognitivas da aprendizagem, pois um de seus objetivos está em apresentar ferramentas para se pensar o processo de ensino-aprendizagem na escola. Guzzo de Almeida (2014) afirma em sua obra que esse processo consiste em um conjunto de informações, que a função da cognição é de perceber, integrar, compreender e responder adequadamente a todos os estímulos com o espaço escolar, bem com o aluno que está nele inserido.

A autora, reafirma o debate e diz que isso é uma habilidade que pode ser assimilada com o processo para a aprendizagem, entre eles: a atenção, a memória, a linguagem, o raciocínio, dentre outros que fazem parte do desenvolvimento intelectual e social, bem como das experiências de cada sujeito (Guzzo de Almeida, 2014).

Portanto, nesse bojo de teoria-prática e de ensino-aprendizagem, Jean Piaget (1997) se destaca no contexto educacional e sinaliza esses fatores hereditários, que isso é biologicamente distinto e assim explica que o primeiro fator de ordem estrutural inclui a constituição do nosso sistema nervoso e dos órgãos sensoriais e outro é a importância para o desenvolvimento da inteligência humana de qualquer pessoa, com e sem deficiências.

Dentre esses moldes que o pesquisador evidencia, o processo de desenvolvimento intelectual ressalta o desenvolvimento biológico, por isso, concebeu os atos cognitivos como atos de adaptação com o meio físico na organização do ambiente escolar. De modo que isso não significa que o comportamento mental deva ser atribuído ao funcionamento biológico, mas que esses conceitos são referências ao desenvolvimento biológico e que são válidos para a pesquisa de desenvolvimento intelectual para aprendizagem das pessoas, em sua globalidade.

Construtivismo psicogenético – notas complementares

Jean Piaget (1997) ressalta ainda em seu debate sobre a maneira como a criança elabora o processo de conhecimento para construir a sua inteligência. A partir dessa análise feita por ele, o pesquisador evidencia a sua preocupação inicial dentro do conhecimento humano e não educacional. Nesse sentido, o processo de conhecimento apresenta contribuições significativas para compreendermos as questões educacionais de aprendizagem com o processo escolar, assim suas ideias são difundidas e incorporadas à teoria pedagógica.

Para o pesquisador, esse mecanismo de desenvolvimento do indivíduo com o processo se destaca com a inteligência no desenvolvimento contínuo nas estruturas que viabilizem nas adaptações para aprendizagem entre o meio escolar. Daí se iniciam as estruturas que vão desenvolver o intelecto do sujeito que são despertadas dentro do ambiente escolar, bem como pelas complexidades dos exercícios que são realizados com o processo do ensino-aprendizagem em variados momentos da rotina na escola, principalmente em sala de aula, uma vez que nesse espaço se fazem de modo planejado e intencional. Nessa discussão, o autor destaca quatro fatores responsáveis por esse processo cognitivo da criança na *teoria piagetiana*. Leiamos:

- O fato biológico, em particular, que esse crescimento orgânico e a maturação do sistema nervoso. Ou seja, o sujeito só aprende se estiver intelectualmente maduro com o conhecimento, e assim, preparado para recebê-lo. Sem ter desenvolvido aspectos de natureza biológica não conseguirá aprender e, por consequência, desenvolver-se intelectualmente;
- Os exercícios e as experiências adquiridas na ação da criança sobre os objetivos para aprendizagem são importantes, uma vez que estimulam o desenvolvimento de cada ser;
- As interações sociais que ocorrem por meio da linguagem e da educação também são relevantes, potencializam o desenvolvimento humano;
- Por fim, o fato de o equilíbrio das ações que estimula a criança a encontrar respostas para novos problemas, em situação que gera primeiramente um estado de desequilíbrio quando de assimilação, seguido pela busca do equilíbrio que é obtido quando na resposta certa e incorporada à sua estrutura interna do processo de acomodação.

Mediante isto, a concepção de sala de aula como um contexto formal, ativo e integrado de aprendizagem apresenta evidências para o crescimento que invista a escola como promotora do conhecimento precisa estar no contexto maior pela oferta do processo formativo ao longo do tempo escolar.

Vale destacar a importância da sala de aula com o sistema de ensino, mesmo que isso precisa se adaptar se necessário com o sujeito, principalmente nos conteúdos curriculares como as práticas avaliativas, por exemplo.

De maneira que esse espaço de ensino-aprendizagem o professor precisa estimular o conhecimento para o sujeito, levando várias hipóteses do processo para aprendizagem e identificar suas habilidades e competências, assim, estimulando o desenvolvimento dos alunos em sala de aula (Brasil, 2018).

Construtivismo em sala de aula – outras notas

Influenciados por Piaget (1997) e Vygotsky (1991), vários estudiosos, entre eles Emília Ferreira (2001), desenvolveram o chamado método construtivismo de ensino-aprendizagem.

A concepção construtivista não é, num sentido restrito, uma teoria psicológica, mas um referencial explicativo que interpreta o processo de ensino-aprendizagem como um processo social de caráter ativo, em que o conhecimento é fruto da construção pessoal e ativa do aluno com o meio em que está inserido. Influencia o estabelecimento de práticas educativas que consideram o desenvolvimento da criança como social, ou seja, contextualizado no mundo físico e social. Assim, interligado à cultura, ao contexto real em que cada sujeito vive, à prática social no sentido amplo.

Essas práticas são importantes para o desenvolvimento global do aluno, pois envolvem capacidades cognitivas, de equilíbrio pessoal, de relações sociais, intrapessoais e as capacidades motoras, possibilitando seu crescimento progressivo. Esse processo se desenvolve na escola ou numa instituição social, onde os conteúdos curriculares da aprendizagem são produtos sociais e culturais. O professor é um agente mediador entre o aluno e a sociedade, e o aluno, por sua vez, é um sujeito ativo na construção do seu conhecimento por meio da sua interação com o mundo físico e social que o rodeia. Não é possível pensar o estudante com deficiência no espaço escolar de forma passiva. É preciso que a escola e a sala de aula os acolham com suas especificidades e subjetividades. A inclusão acontece também quando são creditadas essas referências.

De acordo com a abordagem construtivista, o indivíduo aprende quando consegue apreender um conteúdo curricular e formular uma representação pessoal de um objetivo da realidade. Esse processo é determinado por experiências, interesses e conhecimentos prévios que, presumivelmente, possibilitam a compreensão da novidade e também da realidade. Desse modo, não só modificamos o que já possuíamos, mas também interpretamos o novo de forma peculiar, para poder integrá-lo e torná-lo nosso. É nesse processo que evoluímos. O estudante com deficiência tem seu direito também de evoluir como qualquer ser humano.

Na prática docente, o construtivismo oferece ao professor um referencial para a reflexão e a fundamentação das decisões que toma no planejamento de uma aula, no decorrer do processo de ensino-aprendizagem, bem como critérios para compreender o que se passa em sala de aula. Esse referencial está baseado em alguns pressupostos importantes.

Aprender não é o resultado do desenvolvimento, mas é o desenvolvimento cognitivo ou aquisição de conhecimento. Portanto, a aprendizagem requer do aluno reflexão, criatividade, participação e auto-organização das informações recebidas. É preciso destacar também a dimensão da autonomia no processo de ensino-aprendizagem a partir do enfoque construtivista. A sala de aula não pode limitar o estudante com deficiência a desenvolver habilidades que o permitam conviver de forma autônoma. É preciso investir em atividades que valorizem também a liberdade de cada estudante aprender com autonomia, sendo acompanhado pelo professor.

Sendo assim, cabe ao professor permitir que os alunos coloquem suas próprias perguntas, gerem suas próprias hipóteses e testem a sua validade com aprendizagem. É fundamental promover um ambiente interativo, dialógico, problematizador e reflexivo, no qual o conhecimento consiga ser trabalhado de modo transversal em sintonia com a realidade social.

O desequilíbrio facilita a aprendizagem. Assim, os “erros” precisam ser percebidos como resultado de concepções do aluno e, portanto, precisam-se criar situações desafiadoras em contextos significados ao aluno, permitindo que ele explore várias possibilidades, mesmo que sejam contraditórias ou falsas. As contradições, que fazem parte do processo de aprendizagem, são depois esclarecidas, exploradas e discutidas.

É neste sentido que o raciocínio abstrato é a força motora da aprendizagem, ou seja, estamos sempre buscando organizar e generalizar experiências ou conhecimentos por meio de representações simbólicas. Por isso, proporcionar ao aluno discussões, experiências, execução de projetos pode auxiliar no desenvolvimento desse raciocínio abstrato em concreto.

A comunicação entre os elementos do processo educativo estimula o pensamento. Assim, a sala de aula deve ser vista como uma comunidade educativa engajada em atividades de discussão, reflexão e tomada de decisões. Os alunos, e não o professor, são responsáveis pela

defesa, prova, justificativa e comunicação de suas ideias para a comunidade da sala de aula. Essas ideias serão aceitas à medida que fizerem sentido para a comunidade.

Com isso, podemos dizer que a aprendizagem é um processo dinâmico que envolve a interação do aluno com meio e, para que ela ocorra, é necessário que o professor dê a devida atenção aos fatores que motivam o aluno a aprender; entenda que o processo de ensino-aprendizagem é um espiral de conhecimentos e cada conhecimento serve de base ou pré-requisito para a aquisição do seguinte; tenha bom senso crítico ao analisar a fase do desenvolvimento cognitivo da criança para então determinar quais capacidades ela possui ou não para trabalhar certos conteúdos; estimule o processo de interação social da criança com todas as pessoas que participam do ambiente escolar como forma de promover seu desenvolvimento cognitivo e também estimule o uso da linguagem como uma forma de promover o desenvolvimento cognitivo da criança.

Por fim, compreendemos que o construtivismo em sala de aula é um referencial importante que pode fortalecer a educação especial de estudantes com deficiência no espaço escolar. Entendemos que por mais que a política educacional assegure a inclusão, até a sala de aula, bem como em seu entorno, há um conjunto de aspectos que favorecem e implicam no desenvolvimento de cada estudante, desde a família e sua relação com a educação escolar, as estratégias pedagógicas utilizadas, o planejamento do professor, a sala de aula e sua rotina, as relações que se tecem no ambiente escolar, entre outros. Todo este enredo soma para que a inclusão aconteça de fato.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No momento atual da educação, marcado pela inclusão escolar, não pode ser compreendido de forma isolado. Ao debruçarmo-nos sobre a história da educação especial compreendemos que a evolução da área está intimamente relacionada com as diferentes concepções que, ao longo da história da humanidade, foram sendo estabelecidas com base na maneira como os indivíduos se relacionam com os padrões diferentes daqueles tidos como normais e, mais especificamente, com a deficiência.

Dessa forma, a sociedade está em momento de luta pelo reconhecimento das diferenças e, conseqüentemente, pela inclusão daqueles que sofreram, e ainda sofrem, com o preconceito e a marginalização, há na educação especial a defesa pela inclusão escolar. É por meio dela que vemos um cenário/possibilidades para que a inclusão aconteça.

No entanto, é preciso ser crítico e reconhecer que, apesar do esforço de todos os envolvidos com a escolarização dos alunos com necessidades educacionais especiais, incluindo os estudantes com deficiência, para efetivar a inclusão escolar, os obstáculos ainda existem e precisam ser enfrentados.

Dessa forma, é possível compreender a educação especial e a inclusão escolar de uma forma mais ampla e, conseqüentemente, está preparado para reavaliar a sua prática profissional, atuando de forma a valorizar os potenciais dos alunos, a identificar as necessidades desses alunos, a desenvolver estratégias para atender as necessidades identificadas, a contribuir com a tomada de decisões no que se refere aos alunos com necessidades educacionais especiais e a buscar a colaboração de um todo. É assim que a inclusão gradativamente consegue dar seus passos.

Sabemos que a prática efetiva e bem-sucedida da inclusão escolar depende de muitos fatores, mas não podemos esquecer que nós somos parte desse movimento e com a nossa atuação responsável, competente e comprometida com as ideias de uma escola democrática podemos fazer a diferença com o processo escolar, assim como para a vida do aluno.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, H. V; SOUZA, E. D. A Importância da participação da família no processo ensino-aprendizagem das pessoas com deficiência. **REEDUC**, UEG v. 6 n° 1 jan/jun 2020.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Ministério da Educação. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em 08 maio. 2024.

BRASIL, **Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm; acesso em: Acesso em 08 maio. 2024.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. 2. ed. Brasília, DF: Corde, 1997.

BRASIL. Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, de 23 dez. 1996.

BRASIL. Constituição Federal de (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República.

BLANCO, R. A atenção à diversidade na sala de aula e as adaptações do currículo. In: Coll, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. A. (Org.). **Desenvolvimento psicológico e educação:**

transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. Porto Alegre: Artmed, 2004.

BOWLBY, J. **Formação e Rompimento dos Laços Afetivos**. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

CARVALHO, R. E. **Educação Inclusiva**: com os pingos nos “is”. 12. ed. Porto Alegre: Mediação, 2018.

FERREIRO, E. **Alfabetização em processo**. Trad. Sara Cunha Lima, Marisa do Nascimento Paro. Ed: 13. São Paulo: Cortez, 2001.

GUZZO DE ALMEIDA, E. Aprendizagem situada. **Texto Livre: Linguagem e Tecnologia**, vol. 7, nº. 1, enero-junio, 2014, p. 177-184 Universidade Federal de Minas Gerais.

KAMPWIRTH, T. J. (Org.), **Collaborative consultation in the schools**: Effective practices for students with learning and behavior problems (p. 41-X). New Jersey: Merrill Prentice Hall.2003.

KAUFFMAN, S. **O universo, a nossa casa**. A procura das leis do auto, 2005.

LIBÂNEO, J. C. **Adeus Professor, Adeus Professora?** Novas exigências Educacionais e Profissão Docente José Carlos Libâneo, 4 ed. São Paulo: Cortez, 2000 (Coleção Questões da Nossa Época: v. 67).

MACHADO, B. A. **Família e Escola na Educação Infantil**. 2021. Tese (Graduação Pedagogia) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2021.

NAKANICHI, C.; RIBEIRO, D. I. O espaço físico em sala de aula e as adaptações curriculares para alunos com deficiência do Ensino Fundamental: um repensar necessário. **Cadernos do Aplicação**, Porto Alegre, v. 35, 2022.

OLIVEIRA, F. D. de S.; SOBRAL, M. do S. C. Família e Escola no Enfrentamento do Déficit Cognitivo. **Id on Line Rev. Mult. Psic.**, fevereiro/2020, vol.14, n.49, p. 162- 169. ISSN: 1981-1179.

PIAGET, J. **O nascimento da inteligência na criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

PINHO, F. V. B. de. **Impactos da interação entre família e escola no processo educacional de crianças com deficiência**. 2023. 16f. Trabalho de Conclusão de Curso – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus Castelo do Piauí, 2023.

SOUZA, T. T. de; BENÍCIO, E. R. **O papel da família na educação inclusiva**. 2022. 28f. Trabalho de Conclusão de Curso – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiano, Campus Hidrolândia, 2022.

STAINBACK, W.; STAINBACK, S. (Org.). **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

VEIGA, I. P. A. **Lições de didática**. Campinas, SP. Papirus, 2006.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 4^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.